

Tesouro se diz otimista com estratégia para a dívida

O secretário Levy considera improvável nova crise eleitoral e prevê avanço dos papéis prefixados

JIANE CARVALHO
SÃO PAULO

O ano eleitoral, que normalmente traz volatilidade ao mercado financeiro, não deve afetar a estratégia de financiamento da dívida pública. Divulgado ontem, o Plano Anual de Financiamento (PAF) para 2006 prevê a continuidade do processo de melhora da composição da dívida e também o alongamento dos prazos de vencimento. “Nossa estratégia não foi elaborada pensando na eleição, mas é claro que a evolução do perfil da dívida nos últimos anos, assim como o sucesso da política econômica, tranquilizam os mercados”, afirmou o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, uma semana depois de ter feito críticas à política de juros altos.

A previsão do Tesouro para o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) no mercado, que fechou 2005 em R\$ 979,7 bilhões, é que fique próximo de R\$ 1,2 trilhão no final deste ano. Os vencimentos estimados para o ano, incluindo pagamentos da dívida externa, chegam a R\$ 481 bilhões. Como o orçamento do governo prevê apenas R\$ 62 bilhões para os compromissos, o Tesouro tem de buscar no mercado R\$ 419 bilhões.

O PAF manteve inalterados, em relação aos anos anteriores, os objetivos a serem perseguidos pelo Tesouro. “Vamos dar sequência à troca de papéis atrelados à Selic, por títulos prefixa-

dos e corrigidos por índice de preços”, disse Levy. “Também continuaremos alongando o prazo médio de vencimento.”

Segundo prevê o plano, os papéis atrelados à Selic (LFTs), que segundo Levy neste início de 2006 já estão abaixo de 50%, podem cair a até 38% ou, na pior hipótese, ficar em 48% do total da DPMFi. “Saímos de 59% da dívida corrigida pela Selic no começo de 2005 para abaixo de 50% agora, o que não ocorria desde a crise da Ásia”, diz Levy. A evolução prevista dos papéis corrigidos por índice de preços pode ir de 15,5% para 24% do total da dívida, também na estimativa mais otimista.

O PAF prevê ainda que a parcela da dívida atrelada ao câmbio, que fechou em 2,7% do total em 2005, caia para até 1% neste ano. Desde 2003 o Tesouro não emite mais NTN-D, de-

pois que os papéis chegarem a representam mais de 40% da dívida pública em 2002, no auge da crise eleitoral. O Tesouro espera ainda elevar o prazo médio de resgate de 27,4 meses para algo entre 30 e 35 meses.

O plano apresentou si-

mulações de stress — que medem os possível reflexos na dívida em caso de uma piora do cenário — comparando os números com os resultados de 2002, quando os mercados foram afetados pela expectativa de o PT chegar ao poder. “O cenário é muito diferente e a dívida está muito menos sensível do que na eleição passada”, afirma Levy. A simulação mostra que um choque de “proporções extremas e substancial persistência” poderia elevar o estoque da dívida em R\$ 113,03 bilhões. Já se a estrutura da dívida hoje fosse a existente em 2002, a elevação chegaria a R\$ 331 bilhões, ou seja, três vezes maior.

O secretário do Tesouro se recusou a comentar a reunião do Copom, que entre hoje e

amanhã define a taxa Selic, e a respeito do convite para assumir um cargo no BID, disse

apenas que não há novidades. Levy foi convidado a assumir um cargo no banco mas ainda

não teria dado uma resposta à instituição. “Tenho muito o que fazer no Tesouro.”

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

Expectativa de melhora do perfil de financiamento

	2005	2006*
Prefixados	27,9	37
Índice de Preços	15,5	24
Selic	51,8	48
Câmbio	2,7	3
Outros	2,2	4

Fonte: Tesouro Nacional *Valores máximos estimados no Plano Anual de Financiamento (PAF)